



## A RELAÇÃO ENTRE PBF E IFDM EM DOIS COREDE'S DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 2013 A 2016.

## THE RELATIONSHIP BETWEEN PBF AND IFDM IN TWO COREDES OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL IN THE YEARS OF 2013 TO 2016.

*Katiane Fréu*<sup>1</sup>

*Claudia Cristina Wesendonck*<sup>2</sup>

*Lorimar Francisco Munaretto*<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente estudo teve por objetivo verificar a relação dos recursos do Programa Bolsa Família com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Sul e no COREDE do Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016. Trata-se de um estudo do tipo descritivo com abordagem quantitativa, com dados levantados nos sites do Ministério de Desenvolvimento Social, Índice Brasileiro de Geografia e Estatística e com os índices de desenvolvimento no site do FIRJAN. A partir da determinação dos coeficientes de correlação de Spearman, foi possível constatar que o COREDE Sul possui uma relação positiva moderada no IFDM Geral nos anos de 2013 a 2015 e no IFDM Emprego e Renda nos anos de 2014 e 2015 em relação ao Programa Bolsa Família, contudo o CODEMAU não demonstrou correlações com relevância significativa para validar as hipóteses.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, FIRJAN, COREDEs.

**ABSTRACT:** The present study aimed to verify the relation between the resources of the Bolsa Família Program and the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) of the municipalities that make up the Southern Regional Development Council (COREDE) and COREDE of the Middle and Upper Uruguay in 2013. 2016. This is a descriptive study with a quantitative approach, with data collected on the websites of the Ministry of Social Development, the Brazilian Geography and Statistics Index and the development indexes on the FIRJAN website. From the determination of Spearman's correlation coefficients, it was found that COREDE Sul has a moderate positive relationship in the General IFDM in the years 2013 to 2015 and in the IFDM Employment and Income in the years 2014 and 2015 in relation to the Bolsa Família Program. however, CODEMAU did not show correlations with significant relevance to validate the hypotheses.

**Keywords:** Bolsa Família, FIRJAN, COREDEs.

1 katianefreu@hotmail.com

2 clauw84@hotmail.com

3 franciscomunaretto@gmail.com



## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 e desde então se tornou um dos maiores programas de transferência de renda do mundo (SPERADIO et al., 2017). No desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda, o PBF pode ser considerado a expressão atual do processo (TESTA et al., 2013). No ano de 2017 o PBF atendeu 13,6 milhões de famílias brasileiras e possui como objetivos principais transferir renda diretamente às famílias e ampliar o acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2017).

O acesso a estes direitos sociais básicos acontece por meio das condicionalidades impostas aos beneficiários e também pela responsabilidade compartilhada por diferentes entes do governo que são fundamentais para esta garantia, pois sem a união de esforços o programa não surtiria os efeitos desejados.

Barreto (2012) explica que o PBF causou impacto na economia e desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Norte, porém o autor não conseguiu quantificar este impacto. Jorge e Melo (2014) constataram em seus estudos que os desembolsos do PBF efetivamente contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da região do Baixo São Francisco Sergipano. E os estudos de Brambilla et al. (2017) demonstram a relação entre o desenvolvimento nos municípios brasileiros e o PBF no ano de 2013, tendo como base o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os autores concluem que o PBF está focalizado nos grupos espaciais com baixo desenvolvimento, logo contribui para aumentar a renda das famílias pobres e melhorar as condições socioeconômicas em

regiões, cujos municípios possuem os piores indicadores.

Milani et al. (2016) e Fonteles et al. (2011) verificaram que há relação entre o crescimento dos municípios e o valor recebido pelas famílias do Bolsa Família, tais valores impactam no comércio e na arrecadação do município. O estudo de Diniz e Voese (2016) demonstra que o PBF se relaciona de forma positiva com as variáveis, IFDM global, IFDM educação e IFDM saúde, mas não mostrou relação entre o repasse do PBF e a variável emprego e renda.

O Brasil e suas regiões possuem uma diversidade socioeconômica e considerando o volume de recursos financeiros repassados por meio de programas governamentais entre os quais o PBF, com objetivo de reduzir as desigualdades sociais, esse estudo apresenta a seguinte questão problema: existe relação entre o repasse dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) com os índices do FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios que integram o COREDE Sul, COREDE Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016?

O estudo teve por objetivo verificar a relação dos recursos do PBF com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal dos municípios que compõem o COREDE<sup>4</sup> Sul e COREDE Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016.

Diversos estudos realizados tratam da temática PBF, associado a indicadores, entre os quais o IFDM, mas se evidencia escassez de estudos que avaliem a relação dos repasses do PBF utilizando o IFDM em microrregiões. A escolha dos COREDE Sul e CODEMAU para realização do estudo justifica-se pelo baixo desenvolvimento socioeconômico que apresentam, conforme

4 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) foram criados em 1994 e são divididos em 28 unidades (grupos de municípios), do estado do RS. O principal objetivo dos COREDES é a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável. (GIRARDI et al., 2017).



verificado nos perfis socioeconômicos divulgados, em 2015, pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul mostrando que: quanto ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de 2012, o CODEMAU apresenta a 19ª posição e o COREDE Sul a 28ª posição, segundo o bloco Renda, apresenta a 26ª e 28ª posição, respectivamente. E quanto ao PIB per capita em 2012 o CODEMAU ficou com a 24ª posição e o COREDE Sul com a 28ª posição no RS (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A pesquisa será estruturada em cinco seções, após esta introdução apresenta-se a fundamentação teórica que aborda o PBF e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, na terceira seção serão elencados os aspectos metodológicos da pesquisa, na quarta seção descrevem-se os resultados encontrados no estudo, e por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

A pobreza, frequentemente, é medida como escassez de renda, pois, por simplificação, a renda representa um meio para adquirir bens essenciais para sobrevivência (CALDAS; SAMPAIO, 2015).

No Brasil, os programas de transferência de renda começaram a partir do ano de 1991 com o Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM) o qual se transformou em Renda Básica de Cidadania (TESTA et al., 2013).

Em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132 de outubro de 2003, surge o Programa Bolsa Família (PBF) que unifica todos os programas já existentes do governo federal, expandindo-se por todo o país, tomando força como uma bandeira política para o enfrentamento da pobreza no Brasil. Em 2004, a Medida Provisória nº 132 é transformada na Lei nº 10.836, e

regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.

Como forma de atingir estes objetivos o PBF possui três eixos elementares: a transferência de renda, as condicionalidades, e as ações e programas complementares. Com a transferência de renda pretende-se aliviar imediatamente os encargos da pobreza. No eixo das condicionalidades direciona-se o beneficiário aos direitos sociais básicos: educação, saúde e assistência social. E por último, as ações e programas complementares têm por finalidade o desenvolvimento das famílias para que os beneficiários consigam ultrapassar a situação de vulnerabilidade (SANTOS et al., 2014).

As famílias que deixam de cumprir tais condicionalidades podem ter o benefício suspenso ou cancelado. Assim é importante que o poder público, especialmente a esfera municipal, entenda o motivo que levou determinada família ao não cumprimento das condicionalidades e também apoiar e dar condições para que ela possa sair da situação de vulnerabilidade que se encontra. É indiscutível que o poder público municipal, estadual e federal são a chave para que o PBF tenha sucesso em seus objetivos propostos.

A partir da renda familiar é definida a situação de pobreza e extrema pobreza. Em 2017, se caracterizam como extrema pobreza as famílias que possuem renda familiar igual ou inferior à R\$ 85,00 por pessoa e as famílias em situação de pobreza são aquelas com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 e que tenham crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos na sua composição (BRASIL, 2017). Logo o valor a ser definido e repassado do PBF será de acordo com a renda familiar, número de crianças e adolescentes ou gestantes que compõem o grupo familiar, havendo um limite para o número de integrantes. A família que participa do programa deve



assumir alguns compromissos, ou seja, são condições que a família deve atender para que continuem recebendo o benefício. Abaixo encontra-se o resumo das condicionalidades.

aliança com empresas privadas. Este é o propósito do governo, ou seja, um programa assistencial que visa à independência e autonomia das famílias beneficiadas, assim espera-se que os beneficiários deixem de

**Quadro 1** – Resumo das condicionalidades do PBF.

Área	Compromissos/condicionalidades	Público
Saúde	Acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças.	Crianças menores de sete anos.
	Pré-natal para gestantes e acompanhamentos de nutrizes.	Gestantes e nutrizes.
Educação	Matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85%.	Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos.
	Matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75%.	Adolescentes de 16 e 17 anos, que sejam beneficiados pelo BVJ.
Assistência Social	Frequência de 85% no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Peti.	Crianças e adolescentes de até 15 anos, beneficiários do Peti/PBF.

Fonte: BRASIL (2010).

Os programas complementares são o terceiro eixo que compõe o PBF, e será através deles que o poder público ensinará aos seus beneficiários como conquistar sua independência financeira, aprendendo a ter uma profissão. Logo estes programas visam o aprendizado dos beneficiários através de cursos profissionalizantes. Atualmente, a legislação não obriga o beneficiário a participar destes programas e isso gera dificuldades do setor público em fazer com que as famílias tenham adesão aos cursos ofertados.

Muitas vezes há uma baixa oferta de programas complementares nas cidades e também um baixo conhecimento, assim impactando na emancipação das famílias (SANTOS; MAGALHÃES, 2012; PRETTO; FILHO, 2015).

Os programas complementares devem passar por uma análise e ter critérios definidos para a implantação. É necessário o conhecimento da localidade e da população que será alcançada, bem como, qual a demanda de oferta de serviços que a localidade precisa, e se há como realizar uma

necessitar do programa ao apresentarem melhorias nas condições de vida e desenvolverem meios próprios de sustento (MARQUES, 2009; TESTA et al., 2013).

O PBF tem uma grande importância para as famílias em virtude da situação de fragilidade e vulnerabilidade que se encontram (RUSSO; TRINTIN, 2012). Possibilita uma melhora na frequência escolar e ainda uma renda adicional (SANTOS, 2016), além disso, o PBF diminui a exclusão social (TRALDI; ALMEIDA, 2012), aumenta a utilização de serviços preventivos na saúde (SHEI et al., 2014), melhora a situação financeira e o consumo alimentar, além de garantir certa independência financeira na percepção das mulheres (MOREIRA et al., 2012; BARROS; MELLO, 2016).

O PBF é um grande programa social que visa auxiliar as famílias a saírem da situação de vulnerabilidade que se encontram, os estudos mencionados demonstram o quanto este programa auxilia neste processo. A transferência de renda movimenta um significativo volume de recursos que é



repassado às famílias que residem nos municípios, logo busca-se neste trabalho verificar a relação destes repasses com a economia local, para isso será tomado o IFDM como base de verificação do desenvolvimento socioeconômico.

### ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

O IFDM foi criado em 2008 pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico em todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego & renda, educação e saúde (FIRJAN, 2018).

O IFDM tem como base os dados estatísticos disponibilizados pelos ministérios do trabalho, da educação e da saúde. O IFDM acompanha conquistas e desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal: atenção básica em Saúde, Educação Infantil e Fundamental e a manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de Emprego e Renda (FIRJAN, 2018).

**Quadro 2** – Variáveis que compõem o IFDM.

Variáveis que compõem o IFDM	
<b>Emprego e Renda</b>	Geração de emprego formal, absorção de mão de obra local, geração de renda formal, salários médios do emprego formal e desigualdade. Fonte dos dados: Ministério do Trabalho e Emprego.
<b>Educação</b>	Matrículas na educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade-série no ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas aula no ensino fundamental e resultado do IDEB no ensino fundamental. Fonte dos dados: Ministério da Educação.
<b>Saúde</b>	Número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internação sensível à atenção básica (ISAB). Fonte dos dados: Ministério da Saúde.

Fonte: FIRJAN (2018).

O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento. Podem-se gerar relatórios de regiões e nacionais, para assim obter maiores interpretações.

**Quadro 3** – Classificação de desenvolvimento segundo o IFDM.

Classificação de desenvolvimento segundo o IFDM	
0,8 – 1,0	Alto estágio
0,6 – 0,8	Moderado
0,4 – 0,6	Regular
0,0 – 0,4	Baixo

Fonte: FIRJAN (2018).

A metodologia do IFDM possibilita determinar se a melhora relativa que houve em determinado município aconteceu pela adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas o reflexo da queda dos demais municípios. (FIRJAN, 2018). Assim, desde 2014, o IFDM aprimorou a sua metodologia para captar novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década. A sua principal mudança foi situar o Brasil no mundo, logo a nova metodologia buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como modelo para os indicadores municipais (FIRJAN, 2018).

### METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica quantitativa. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) os resultados

podem ser quantificados e centram-se na objetividade.

A pesquisa teve por objetivo verificar a relação dos recursos do PBF com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal dos



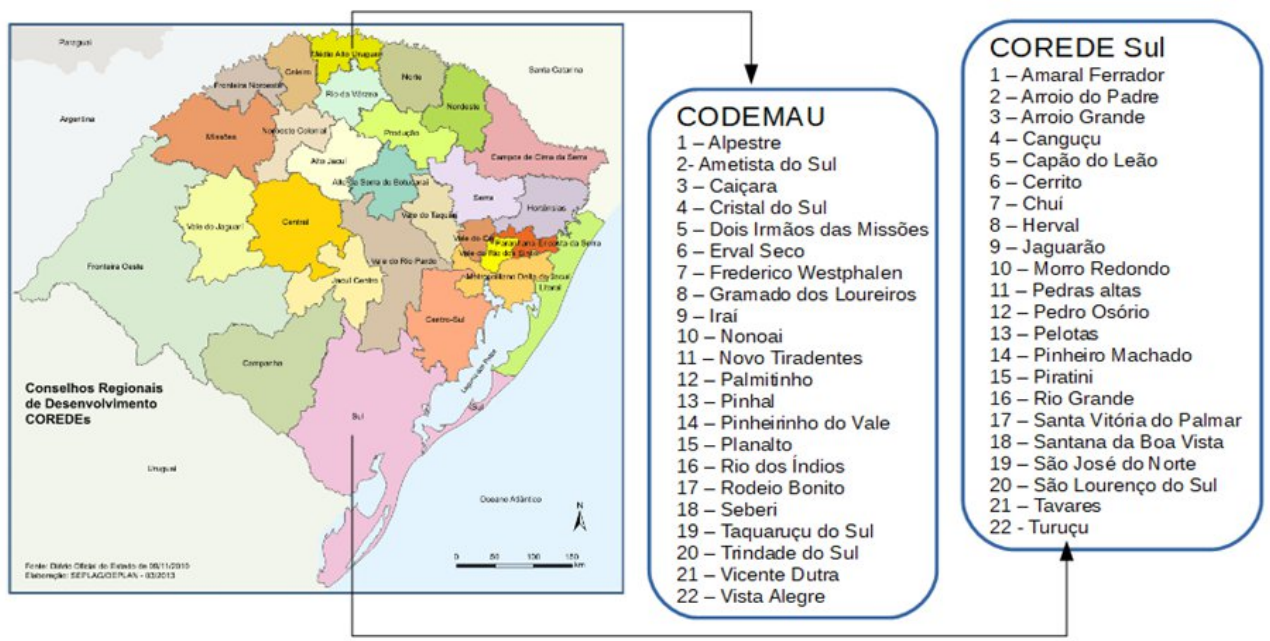
municípios que compõem o COREDE Sul e COREDE Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016, assim, este possui caráter descritivo, pois visam descrever a relação dos recursos do PBF com o IFDM.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, destaca-se que a primeira fundamenta-se em material elaborado por autores para públicos específicos e a segunda são documentos elaborados com finalidades diversas. (GIL, 2010). Ainda, a pesquisa também possui

de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de forma geral, e segmentado nas variáveis saúde, educação e emprego e renda relativos aos anos de 2013 a 2016.

A figura 1 apresenta a localização dos COREDES no Estado do Rio Grande do Sul, a relação dos municípios pertencentes ao COREDE Sul e do CODEMAU, que foram objeto do estudo. O COREDE SUL, esta situado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul e o CODEMAU, esta situado geograficamente na região no noroeste do

Figura 1 – Divisão dos COREDEs no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado pela autora com base em Atlas Socioeconômico (2018).

corde transversal que corresponde ao período entre 2013 a 2016.

A coleta de dados foi realizada das seguintes formas: i) por meio dos sites do portal da transparência do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) foram coletados os dados dos valores repassados, número de famílias, total de pessoas beneficiárias do PBF e população, segundo senso de 2010, dos municípios pertencentes aos COREDE Sul e CODEMAU nos anos de 2013 a 2016 e, ii) por meio do site do FIRJAN foram coletados os Índices FIRJAN

Estado do Rio Grande do Sul, com divisão com Santa Catarina.

Para verificar a relação entre o repasse dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) com os índices do FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios que integram o COREDE Sul e COREDE Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016 foi elaborado a seguinte hipótese:

H0 – Não há relação entre repasse do PBF e IFDM Geral, Educação, Saúde e Emprego e Renda.



H1 – Existe relação entre repasse do PBF e IFDM Geral, Educação, Saúde e Emprego e Renda.

A hipótese formulada foi testada por meio do coeficiente de correlação de Spearman. A correlação mensura o grau de associação linear entre duas variáveis, tendo como base o coeficiente de correlação para aferir a força dessa associação. Este coeficiente varia de -1 a 1, sendo que os valores próximos de 0 mostram que não há correlação, e quanto mais perto dos extremos maior a correlação das variáveis. O sinal negativo da correlação significa que as variáveis variam em sentido contrário, isto é, categorias mais altas de uma variável associam-se a categorias mais baixas de outra variável. (HAIR et al., 2005). Para análise dos resultados foram utilizadas as classificações de Levin e Fox (2004) conforme o quadro 4.

**Quadro 4** – Classificações para análise do coeficiente de correlação de Spearman.

Grau de associação/Correlação	Nível de Associação/Correlação
Correlação positiva perfeita	+ 1
Correlação positiva forte	$+ \geq 0,60$ a $+ \leq 0,99$
Correlações positivas moderadas	$+ \geq 0,30$ a $+ < 0,60$
Correlação positiva fraca	$+ \geq 0,10$ a $+ < 0,30$
Não existe correlação entre as variáveis	$- \geq 0,10$ a $+ < 0,10$

Fonte: Adaptado de Levin; Fox (2004).

As hipóteses serão validadas quando o valor numérico do coeficiente de correlação de Spearman possui um valor de significância estatística menor que 0,05 ou 5%, caso contrário, a hipótese não será aceita. Os resultados do trabalho serão apresentados por tabelas e gráficos que farão comparações e também serão apresentados outros estudos já realizados enriquecendo a discussão do estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência apresentam-se os resultados do estudo, para uma melhor compreensão e entendimento, este tópico será dividido em três

subcapítulos.

O primeiro subcapítulo (item 4.1) apresenta o percentual de beneficiários e repasses realizados pelo PBF aos municípios que pertencem ao CODEMAU e COREDE Sul. O segundo subcapítulo (item 4.2) demonstra a situação quanto ao IFDM e suas variáveis nos municípios que pertencem ao CODEMAU e COREDE Sul. E por último, o subcapítulo (item 4.3) descreve a relação do IFDM e repasses do PBF no CODEMAU e COREDE Sul. Reforça-se que os anos analisados são de 2013 a 2016.

### PBF – CODEMAU E COREDE SUL

Na análise dos resultados apresentados na tabela 1, constata-se que uma parcela significativa da população do CODEMAU é dependente do PBF, pois somente no ano de 2013 mais de 30 mil pessoas receberam o benefício, ou seja, 20,31% da população dos municípios que integram o COREDE. Estes números foram diminuindo ao passar dos anos, demonstrando que muitas pessoas saíram do PBF, contudo na região do CODEMAU, entre os anos de 2013 a 2016, há um percentual da população beneficiária acima do valor do Estado do Rio Grande do Sul, reforçando ainda mais a dependência das famílias em relação ao programa. Os municípios de Ametista do Sul em 2013 e 2014, e Gramado dos Loureiros em 2014 atingiram o percentual da população beneficiária maior que 30%. Denota-se que no ano de 2012 o município de Ametista do Sul apresentou o menor Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que integram o CODEMAU (RIO GRANDE DO SUL, 2018), o que vem a corroborar com os resultados apresentados.

Por outro lado, os municípios de Taquaruçu do Sul e Vista Alegre tiveram os menores percentuais de beneficiários do PBF dentre os municípios do CODEMAU, sendo



que em Taquaruçu do Sul no ano de 2016 apenas 6,94% da população recebia o benefício e Vista Alegre 8,06%.

Tabela 1 – Percentual dos beneficiários do PBF em relação a população entre 2013 a 2016 no CODEMAU.

Municípios	A	B	% 2013	C	% 2014	D	% 2015	E	% 2016
Alpestre	8027	966	12,03%	982	12,23%	912	11,36%	752	9,37%
Ametista do Sul	7323	2398	32,75%	2231	30,46%	1972	26,93%	1597	21,80%
Caiçara	5071	630	12,43%	654	12,90%	635	12,52%	548	10,81%
Cristal do Sul	2826	781	27,64%	799	28,29%	770	27,23%	776	27,48%
Dois Irmãos das Missões	2157	591	27,38%	506	23,47%	452	20,94%	395	18,29%
Erval Seco	7878	2239	28,42%	2055	26,08%	1670	21,20%	1460	18,53%
Frederico Westphalen	28843	3126	10,84%	3075	10,66%	3120	10,82%	2737	9,49%
Gramado dos Loureiros	2269	659	29,03%	706	31,13%	617	27,18%	577	25,45%
Iraí	8078	2331	28,85%	2283	28,27%	2136	26,44%	1782	22,06%
Nonoai	12074	2486	20,59%	2332	19,31%	2260	18,72%	1846	15,29%
Novo Tiradentes	2277	502	22,05%	489	21,46%	481	21,10%	440	19,33%
Palmitinho	6920	1692	24,44%	1535	22,18%	1290	18,64%	1296	18,73%
Pinhal	2513	438	17,42%	452	17,98%	398	15,83%	284	11,31%
Pinheirinho do Vale	4497	1065	23,69%	1093	24,30%	1016	22,59%	847	18,84%
Planalto	10524	2611	24,81%	2553	24,26%	2350	22,33%	1908	18,13%
Rio dos Índios	3616	899	24,85%	918	25,38%	877	24,26%	741	20,49%
Rodeio Bonito	5743	948	16,51%	842	14,67%	753	13,11%	687	11,97%
Seberi	10897	2341	21,48%	2527	23,19%	2415	22,16%	2179	20,00%
Taquaruçu do Sul	2966	287	9,67%	278	9,38%	228	7,69%	206	6,94%
Trindade do Sul	5787	1534	26,51%	1524	26,33%	1339	23,14%	1051	18,17%
Municípios	A	B	% 2013	C	% 2014	D	% 2015	E	% 2016
Vicente Dutra	5285	1203	22,77%	1101	20,84%	1154	21,83%	1116	21,11%
Vista Alegre	2832	416	14,68%	372	13,15%	280	9,88%	228	8,06%
<b>TOTAL</b>	<b>14.8403</b>	<b>30.140</b>	<b>20,31%</b>	<b>29.308</b>	<b>19,75%</b>	<b>27.123</b>	<b>18,28%</b>	<b>23.456</b>	<b>15,81%</b>
<b>ESTADO RS</b>	<b>10.693.929</b>	<b>1.275.822</b>	<b>11,93%</b>	<b>1.217.816</b>	<b>11,39%</b>	<b>1.198.834</b>	<b>11,21%</b>	<b>1.062.391</b>	<b>9,93%</b>

A = População IBGE dados de 2010

B = Total de beneficiários no ano de 2013

C = Total de beneficiários no ano de 2014

D = Total de beneficiários no ano de 2015

E = Total de beneficiários no ano de 2016

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os resultados apresentados na tabela 2 indicam que o COREDE Sul possui um percentual menor de beneficiários do PBF em comparação ao CODEMAU, sendo que em 2013, 13,63% da população era beneficiária do PBF, que corresponde a 114.927 pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. O COREDE Sul também

apresentou redução no percentual de beneficiários do PBF de 13,63% para 12,07% nos anos de 2013 para 2014, redução de 12,07% para 11,89% nos anos de 2014 para 2015, com 9,95% da população no ano de 2016, todavia em todos os anos seus percentuais foram maiores que os do Estado do Rio Grande do Sul, que é de





9,93% da população no ano de 2016.

Os municípios de Herval, Pedras Altas e Santana da Boa Vista destacam-se por terem percentuais da população beneficiária acima de 30% em anos consecutivos, demonstrando a grande dependência da população em relação ao PBF. Em contrapartida, os municípios de Rio Grande e Pelotas possuem os percentuais mais baixos, chegando a respectivamente, 7,21% e 5,67% em 2016.

A tabela 3 apresenta o montante de recursos repassados do PBF pelo Governo Federal nos municípios que integram o CODEMAU e o COREDE Sul, nos anos de 2013 a 2016.

O CODEMAU possui maior percentual de população beneficiária do PBF do que o COREDE Sul em todos os anos analisados, sendo que a diferença está em média 6%, contudo em valores absolutos pelo COREDE

Tabela 2 – Percentual dos beneficiários do PBF entre 2013 a 2016 no COREDE SUL

Municípios	A	B	% 2013	C	% 2014	D	% 2015	E	% 2016
Amaral Ferrador	6353	1377	21,68%	1339	21,08%	1475	23,22%	1380	21,72%
Arroio do Padre	2730	262	9,61%	253	9,27%	241	8,82%	210	7,69%
Arroio Grande	18470	5123	27,74%	5264	28,50%	4813	26,06%	3883	21,02%
Municípios	A	B	% 2013	C	% 2014	D	% 2015	E	% 2016
Canguçu	53259	11052	20,75%	9649	18,12%	9455	17,75%	8160	15,32%
Capão do Leão	24298	4434	18,25%	4574	18,83%	4819	19,83%	4676	19,24%
Cerrito	6402	1534	23,96%	1375	21,48%	1219	19,04%	959	14,98%
Chuí	5917	694	11,72%	659	11,13%	642	10,85%	518	8,76%
Herval	6753	2155	31,91%	2092	30,98%	1841	27,26%	1601	23,71%
Jaguarão	27931	5126	18,35%	4572	16,37%	4096	14,66%	2997	10,73%
Morro redondo	6227	1071	17,19%	1203	19,32%	1116	17,93%	1066	17,11%
Pedras Altas	2212	713	32,23%	671	30,35%	732	33,11%	640	28,92%
Pedro Osório	7811	1837	23,52%	1816	23,25%	1686	21,58%	1537	19,68%
Pelotas	328275	30769	9,37%	25533	7,78%	24391	7,43%	18610	5,67%
Pinheiro Machado	12780	2685	21,01%	1277	9,99%	2705	21,16%	2723	21,31%
Piratini	19841	5364	27,04%	4877	24,58%	4403	22,19%	3484	17,56%
Rio Grande	197228	18456	9,36%	15870	8,05%	16358	8,29%	14223	7,21%
Santa Vitória do Palmar	30990	4697	15,16%	4153	13,40%	3822	12,33%	3496	11,28%
Santana da Boa Vista	8242	2681	32,53%	2498	30,31%	2353	28,55%	2149	26,07%
São José do Norte	25503	7130	27,96%	6761	26,51%	6907	27,08%	5534	21,70%
São Lourenço do Sul	43111	5977	13,86%	5571	12,92%	5604	13,00%	4470	10,37%
Tavares	5351	1179	22,03%	1139	21,29%	1051	19,64%	1067	19,94%
Turuçu	3522	611	17,36%	593	16,84%	493	13,99%	524	14,87%
<b>TOTAL</b>	<b>843.206</b>	<b>114.927</b>	<b>13,63%</b>	<b>101.740</b>	<b>12,07%</b>	<b>100.223</b>	<b>11,89%</b>	<b>83.906</b>	<b>9,95%</b>
<b>ESTADO RS</b>	<b>10.693.929</b>	<b>1.275.822</b>	<b>11,93%</b>	<b>1.217.816</b>	<b>11,39%</b>	<b>1.198.834</b>	<b>11,21%</b>	<b>1.062.391</b>	<b>9,93%</b>

A = População IBGE dados de 2010

B = Total de beneficiários no ano de 2013

C = Total de beneficiários no ano de 2014

D = Total de beneficiários no ano de 2015

E = Total de beneficiários no ano de 2016

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).



Sul ser mais populoso há um número bem maior de beneficiários.

Tabela 3 – Comparação dos valores repassados do PBF para o CODEMAU e COREDE SUL em relação ao Rio Grande do Sul nos anos de 2013 a 2016.

	A	%	B	%	C	%	D	%
CODEMAU	18.319.206	2,42%	18.992.802	2,39%	18.434.000	2,38%	17.306.614	2,32%
COREDE SUL	66.143.096	8,74%	64.701.054	8,15%	62.086.181	8,01%	55.183.884	7,39%
<b>Estado RS</b>	<b>756.838.872</b>	<b>100,00%</b>	<b>793.729.853</b>	<b>100,00%</b>	<b>774.663.570</b>	<b>100,00%</b>	<b>747.126.338</b>	<b>100,00%</b>

A = Valor total repassado do PBF em 2013  
 B = Valor total repassado do PBF em 2014  
 C = Valor total repassado do PBF em 2015  
 D = Valor total repassado do PBF em 2016

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

No ano de 2016 a diferença entre os dois COREDEs é de mais de 60 mil beneficiários. Devido a esta diferença é que o COREDE Sul detém um percentual maior dos valores repassados ao Estado em relação ao CODEMAU durante os anos de 2013 a 2016.

Verificou-se também que em ambos os COREDEs e no Estado do Rio Grande do Sul, houve diminuição dos recursos repassados nos anos de 2013 a 2016, que é o reflexo da diminuição do número de beneficiários ao longo dos anos analisados.

#### IFDM – CODEMAU E COREDE SUL

A tabela 4 apresenta as classificações do IFDM Geral e das variáveis, educação, saúde, emprego e renda dos municípios que compõem o CODEMAU, além das frequências relativas destas classificações.

Os resultados demonstram que quanto ao IFDM Geral, o CODEMAU apresentou, em todos os anos analisados, um índice superior a 90% de municípios com classificações de IFDM moderada (0,6 a 0,8) e alta (0,8 a 1,0).

Observa-se que no ano de 2016, no IFDM Geral e Emprego e Renda há apenas 21 municípios, pois Dois Irmãos das Missões não possui valores disponíveis do IFDM para avaliação.

O IFDM Geral é o resultado da avaliação de três variáveis: Educação, Saúde e Emprego e Renda. Ao realizar a análise destas variáveis verificou-se que, em 2016, na Educação dos municípios que pertencem ao CODEMAU, 22,73% obtiveram a classificação moderada (0,6 a 0,8) e 77,27% obtiveram a classificação alta (0,8 a 1,0). Houve uma queda nos percentuais da classificação alta em 2016, pois o município de Vista Alegre passou para a classificação moderada.

Na variável Saúde, em 2016, dos municípios que compõem o CODEMAU, 13,64% obtiveram a classificação moderada e 86,36% a classificação alta. Também verifica-se uma queda nos percentuais de classificação alta.

Ao contrário das variáveis Saúde e Educação, o Emprego e Renda, em 2016, teve um aumento nos municípios com classificações regulares e diminuição da classificação baixa, ficando respectivamente em 68,18% e 13,64%, pois 6 municípios aumentaram os valores nesta variável.

A tabela 5 apresenta as classificações do IFDM Geral e suas variáveis do COREDE Sul nos anos de 2013 à 2016.

Verifica-se que o COREDE Sul possui



Tabela 4 – Classificação do IFDM dos municípios que pertencem ao CODEMAU nos anos de 2013 a 2016

Classificação	2013							
	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	1	4,55
Regular	0	0	0	0	0	0	13	59,09
Moderado	21	95,45	13	59,1	3	13,6	8	36,36
Alto	1	4,55	9	40,9	19	86,4	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Classificação	2014							
	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	1	4,55	0	0	0	0	3	13,64
Regular	0	0	0	0	0	0	15	68,18
Moderado	17	77,27	7	31,8	2	9,09	4	18,18
Alto	4	18,18	15	68,2	20	90,91	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Classificação	2015							
	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	1	4,55	0	0	0	0	10	45,45
Regular	0	0	0	0	0	0	9	40,91
Moderado	19	86,36	4	18,2	1	4,55	3	13,64
Alto	2	9,09	18	81,8	21	95,45	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Classificação	2016							
	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	3	13,64
Regular	0	0	0	0	0	0	15	68,18
Moderado	17	77,27	5	22,7	3	13,64	3	13,64
Alto	4	18,18	17	77,3	19	86,36	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>95,45</b>

n = total de municípios

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

em todos os anos 90 a 95% dos municípios com classificações do IFDM apenas moderada, e em todos os anos apresentou municípios com classificações do IFDM como regular (0,4 a 0,6).

Ao comparar os resultados encontrados no IFDM Geral entre os dois COREDEs verifica-se que o CODEMAU possui melhores resultados.

Martini (2010) utilizando apenas o IFDM

como objetivo explicativo, verificou que metade dos gastos feitos pelo Governo Federal em relação ao repasse do PBF destinou-se a regiões compostas por municípios que possuem menor grau de desenvolvimento. Reforçando o que foi encontrado neste estudo, pois o COREDE Sul possui menor IFDM e maiores repasses do PBF. Já Barreto (2012) constatou em seus estudos que os municípios que têm uma menor taxa de cobertura do Programa



Tabela 5 – Classificação do IFDM dos municípios que pertencem ao COREDE Sul nos anos de 2013 a 2016

2013								
Classificação	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	0	0
Regular	2	9,09	0	0	2	9,1	16	72,73
Moderado	20	90,91	22	100	16	72,7	4	18,18
Alto	0	0	0	0	4	18,2	2	9,09
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>
2014								
Classificação	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	2	9,09
Regular	1	4,55	0	0	1	4,5	15	68,18
Moderado	21	95,45	22	100	13	59,09	4	18,18
								<b>(Continuação)</b>
Alto	0	0	0	0	8	36,36	1	4,55
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>
2015								
Classificação	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	5	22,73
Regular	2	9,09	0	0	1	4,5	13	59,09
Moderado	20	90,91	22	100	13	59,09	4	18,18
Alto	0	0	0	0	8	36,36	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>
2016								
Classificação	Geral		Educação		Saúde		Emprego e Renda	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0	0	0	0	0	1	4,55
Regular	1	4,55	0	0	0	0	17	77,27
Moderado	21	95,45	22	100	10	45,45	4	18,18
Alto	0	0	0	0	12	54,55	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

n = total de municípios

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

apresentam, em média, um IFDM 4,7% maior, contudo neste estudo verificou-se que o CODEMAU possui uma taxa de cobertura do Programa maior e também possui um IFDM maior.

Quanto à variável Educação verifica-se

que o COREDE Sul em todos os anos analisados manteve 100% dos seus municípios com a classificação moderada, já o CODEMAU variou em todos os anos entre classificações moderada e alta, concluindo que o mesmo possui melhor



desenvolvimento na variável Educação.

O COREDE Sul possui a maior parte de seus municípios com classificação moderada na variável Saúde, superando apenas em 2016, onde 54,55% dos municípios possuíam classificação alta. Ao comparar os dois COREDEs verifica-se que o CODEMAU também está melhor desenvolvido nesta área.

E por último, na variável Emprego e Renda o CODEMAU possui mais de 90% dos municípios classificados como Regular, moderado ou alto, exceto em 2015, onde verificou-se uma queda nestes percentuais, pois Arroio do Padre, Pinheiro Machado e Tavares passaram para a classificação baixa, e o município de Rio Grande saiu da classificação alta, passando para a regular. Ao contrário, nesta variável o COREDE Sul destaca-se, possuindo melhor desenvolvimento.

A variável Emprego e Renda avalia a geração de emprego formal, absorção de mão de obra local, geração de renda formal e salários médios do emprego formal e desigualdade, assim conforme os perfis socioeconômicos de 2015 divulgados pelo Governo do Estado do RS, o COREDE Sul possui uma produção industrial sólida e com representação significativa no estado, já o CODEMAU possui uma economia basicamente agropecuária. (RIO GRANDE DO SUL, 2015) Logo, podendo explicar o seu destaque.

Observou-se que, em ambos os COREDEs, nos anos de 2013 a 2015 houve uma queda progressiva nos índices do IFDM Emprego e Renda, e somente em 2016 é que houve melhora, refletindo também no índice Geral. Estes índices vêm de encontro ao que ocorreu no Brasil, pois segundo o FIRJAN, o Brasil voltou a subir em 2016, após duas quedas seguidas. O país mergulhou numa forte recessão a partir de 2014, logo os indicadores de mercado de trabalho tiveram perda recordes, e em 2015 seu nível ficou

menor desde 2011, reflexo do desempenho negativo da vertente Emprego e Renda. A crise custou ao menos três anos ao desenvolvimento dos municípios. (FIRJAN, 2018).

No Brasil, o IFDM educação e IFDM saúde apresentaram crescimento regular, contudo a evolução apresentada pelos indicadores foi a menor em 10 anos, indicando que a crise também teve impactos sociais, e não só econômicos. (FIRJAN, 2018). No estudo também verificou-se que houve um crescimento progressivo nestas variáveis em ambos os COREDEs.

### RELAÇÃO DO IFDM E PBF

O quadro 5 apresenta o grau de correlação das variáveis e sua significância estatística das variáveis, índices IFDM geral, educação, saúde e emprego e renda em relação aos COREDE SUL e CODEMAU nos anos de 2013 a 2016. A validação das hipóteses será realizada quando as significâncias forem menores que 5%, em caso superior a hipótese não será aceita.


O quadro 5 demonstra que apenas o COREDE Sul apresentou níveis de significância menores que 5%. Em 2013, o COREDE SUL teve uma correlação de 0,450 no IFDM Geral, classificada por Levin e Fox (2004) como positiva moderada. Em 2014, o IFDM Geral teve uma correlação de 0,453 e o IFDM Emprego e Renda teve uma correlação de 0,555, ambos classificam-se em correlações positivas moderadas. Já em 2015, o COREDE Sul apresentou, no IFDM Geral, correlação de 0,501 e no IFDM Emprego e Renda correlação de 0,530, ambos classificados como correlações positivas moderadas. Contudo, em 2016, não houve correlações com significância para validar a hipótese. O CODEMAU não apresentou níveis de significância menores que 5% para validar a hipótese. Logo, verifica-se que pode haver correlações entre os repasses do PBF e IFDM, contudo não




Quadro 5 – Resultado dos testes da hipótese

	Ano	IFDM Geral	IFDM Educação	IFDM Saúde	IFDM Emprego e Renda
COREDE SUL	2013	R = 0,450 (p=0,036)	R = -0,182 (p=0,417)	R = 0,363 (p=0,097)	R = 0,380 (p=0,081)
CODEMAU		R = 0,074 (p=0,372)	R = 0,049 (p=0,415)	R = - 0,330 (p=0,067)	R = 0,283 (p=0,101)
COREDE SUL	2014	R = 0,453 (p=0,034)	R = -0,054 (p=0,813)	R = 0,174 (p=0,437)	R = 0,555 (p=0,007)
CODEMAU		R = 0,258 (p=0,123)	R = 0,047 (p=0,418)	R = -0,195 (p=0,192)	R = 0,313 (p=0,078)
	Ano	IFDM Geral	IFDM Educação	IFDM Saúde	IFDM Emprego e Renda
COREDE SUL	2015	R = 0,501 (p=0,018)	R = 0,011 (p=0,962)	R = 0,290 (p=0,191)	R = 0,530 (p=0,011)
CODEMAU		R = 0,123 (p=0,293)	R = - 0,116 (p=0,304)	R = -0,330 (p=0,067)	R = 0,171 (p=0,223)
COREDE SUL	2016	R = 0,303 (p=0,170)	R = 0,036 (p=0,875)	R = -0,104 (p=0,644)	R = 0,392 (p=0,071)
CODEMAU		R = 0,006 (p=0,489)	R = 0,089 (p=0,347)	R = -0,273 (p=0,110)	R = 0,126 (p=0,293)

**Legenda:**

 Sem significância/Não tem correlação

 Com significância/ Com correlação

Fonte: Elaborada pela autora.

tem significância para validar as hipóteses.

Diniz e Voese (2016) encontraram resultados semelhantes deste estudo. Os autores verificaram que a variável emprego e renda não mostrou relação estatística quando comparada ao repasse do PBF. Já resultados diferentes foram encontrados na relação das variáveis educação e saúde, essas tiveram maior correlação, o que mostra que maior repasse do PBF traz uma variação positiva no IFDM educação e saúde. É importante destacar que o autor verificou que a variável saúde apresentou 18% de seus resultados como forte e muito forte negativa, indicando que maior repasse traz menor índice na variável.

Kronbauer e Wesendonck (2017) analisaram a microrregião de Frederico Westphalen e concluíram que pode-se verificar uma sensibilidade entre as variáveis repasse do PBF e IFDM Educação e IFDM Saúde, contudo as autoras não encontraram relação entre repasse do PBF e IFDM

Emprego e Renda. Já Barreto (2012) confirmou a relação positiva entre o PBF e o desenvolvimento econômico e social dos municípios, em seu estudo ele utilizou o IFDM como indicador de desenvolvimento. Contudo, não conseguiu quantificar este impacto positivo.

Este estudo demonstra que o COREDE Sul possui correlação do repasse do PBF com o IFDM Geral e Emprego e Renda, destaca-se que o mesmo possui maior número de beneficiários, maiores repasses do programa e também um IFDM Geral inferior ao CODEMAU.

Contudo na análise verifica-se que o COREDE Sul possui melhor classificação na variável Emprego e Renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo verificar a relação dos recursos do PBF com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal dos municípios que compõem o COREDE Sul e



COREDE Médio e Alto Uruguai nos anos de 2013 a 2016. A pesquisa caracteriza-se por ser quantitativa e os dados foram coletados por meio de referências bibliográficas e sites do Governo Federal, além de possuir um corte transversal no ano de 2013 a 2016. Todos os dados foram tabulados e demonstrados em gráficos e tabelas ao longo do artigo. Para validar a hipótese deste estudo foi utilizado o método de correlação de Spearman.

Os resultados do estudo demonstram que o COREDE Sul possui uma relação positiva moderada no IFDM Geral nos anos de 2013 a 2015 e no IFDM Emprego e Renda nos anos de 2014 e 2015, contudo o CODEMAU não demonstrou correlações com relevância significativa para validar as hipóteses.

Na análise do PBF verificou-se que o CODEMAU possuía 20,31% da população beneficiária do PBF em 2013, totalizando em torno de 30 mil indivíduos. Já o COREDE Sul verificou que 13,63% da população eram beneficiárias do PBF em 2013, correspondendo em torno de 114 mil indivíduos. Destaca-se que ambos COREDEs tiveram seus percentuais de beneficiários do PBF acima dos valores do estado do RS e que estes percentuais diminuíram ao longo dos anos de 2013 a 2016, além disso, o COREDE Sul possui valores de repasses do PBF maiores.

Quanto ao IFDM, verificou-se que o CODEMAU apresentou melhores classificações no Geral e nas variáveis: Saúde e Educação em todos os anos, já o COREDE Sul apresentou classificações de IFDM maior na variável Emprego e Renda em todos os anos.

O PBF é um programa do social de grande relevância, o qual busca melhorar as condições socioeconômicas da população em situação de vulnerabilidade, através de suas condicionalidades ele prevê que a população tenha acesso garantido aos serviços básicos

(saúde, educação e assistência social), além de buscar qualificar-se para o mercado de trabalho (programas complementares), diante disso este trabalho demonstrou que houve correlação entre o repasse do PBF e o COREDE Sul (IFDM Geral e Emprego e Renda), sendo que o mesmo é o que possui maior número de beneficiários e maiores repasses do programa. Contudo há de se ressaltar que nem todas as variáveis do IFDM tiveram correlações com significância, sugerindo novos estudos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. M. **TRABALHO, CRISE E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS: Análise dos impactos do programa bolsa família no índice de desenvolvimento humano brasileiro.**

Revista de Estudos Empíricos em Direito, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 23-38, jun. 2017. Disponível em: <[http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/138/pdf\\_1](http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/138/pdf_1)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs.** Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BARRETO, M. B. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a economia e desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Norte.** 2012. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BARROS, V. R. F.; MELLO, M. C. O. Lopes. **Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família.** Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 1, n. 70, p. 264-281, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgp/article/view/57697/63028>>. Acesso em 15 jun. 2018.

BRAMBILLA, M. A. et al. **Desenvolvimento municipal e Programa Bolsa Família no Brasil: uma análise espacial.** Revista Espacios,



Venezuela, v. 38, n. 39, p. 13-29, 2017.

Disponível em:

<<http://www.revistaespacios.com/a17v38n39/a17v38n39p13.pdf>>. Acesso 10 ago. 2018.

**BRASIL. Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, set 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)>. Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 7.332, de 19 de outubro de 2010.** Dá nova redação e acresce ao Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004 que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Casa Civil, Brasília, DF, out 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm)>. Acesso em 19 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 8.794, de 29 de junho de 2016.** Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto no 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, jun 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8794.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8794.htm)>. Acesso em: 18 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. **Manual de orientações sobre o Bolsa Família na Saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **A participação do SUAS no programa Criança Feliz.** Brasília: 2017. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/SUAS\\_no\\_Crianc\\_aFeliz.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_no_Crianc_aFeliz.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF: MDS, 2010.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. **Pobreza no nordeste Brasileiro: Uma análise multidimensional.** Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v19n1/1415-9848-rec-19-01-00074.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

DINIZ, L. M.; VOESE, S. B. **Avaliação de Programas Sociais: uma análise da relação do programa e o desenvolvimento municipal.** Revista Espacios. v. 37, n. 30, p.11, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n30/16373011.html#intro>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).** Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

FONTELES, A. L. et al. **Programa Bolsa Família e Mobilidade Social: Sociabilização, Trabalho e Educação nas Famílias Beneficiadas.** In: EnANPAD. 2011. Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Administração. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2009.pdf>> Acesso em: 19 set. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Metodologia da pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, E. et al. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio e Alto Uruguai: 2015-2030: CODEMAU.** Frederico Westphalen: Grafimax, 2017.

HAIR, JR. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE. **Estatística por Cidade e Estado.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

JORGE, M. A.; MELO, S. M. G. **O impacto do Programa Bolsa Família no PIB dos municípios da região do baixo São Francisco**





- Sergipano (2008-2011).** In: 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 2014. Faculdade de Economia, administração, e Contabilidade de Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <<http://www.issbrasil.usp.br/ocs/index.php/cbs/10cbs/paper/viewFile/23/16>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- KRONBAUER, V.; WESENDONCK, C. C.. **Análise temporal sobre os investimentos no programa Bolsa Família na microrregião de Frederico Westphalen.** GEDECON, Cruz Alta, v. 5, n.2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/5516/1525>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- LEVIN, J., FOX, J. A. **Estatística para ciências humanas.** 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall. 2004.
- MARQUES, A. C. S. **A conversação cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 11-49, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44183/43065>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MARTINI, C. P. **Análise da distribuição de recursos do Programa Bolsa Família no Estado de Minas Gerais.** Uberlândia, 2010. 150. f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13520/1/Diss%20Chayene.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MILANI, A. DA S. et al. **O impacto socioeconômico do programa bolsa família: análise sobre a região do Médio Alto Uruguai.** In: VI SALÃO INTEGRADO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, II JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO, I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE TERRITORIALIDADE. 2016. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. UERGS. Anais Eletrônicos... Bagé: 2016. Disponível em: <<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepx/paper/view/1276/371>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php)>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatórios de informações sociais.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/riv3/geral/index.php>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- MOREIRA, N. C. et al. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 403-423, mar./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n2/a04v46n2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- PRETTO, D; FILHO, R. B. **Análise da influência dos programas complementares para a emancipação sustentada dos beneficiários vinculados ao programa Bolsa Família: Estudo com ex-beneficiários do município de Santo Ângelo/RS.** Revista de gestão pública, práticas e desafios. Pernambuco, v. 6, n. 2, p. 1-19, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/2059/1633>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico COREDE Sul.** Porto Alegre, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Perfil Socioeconômico COREDE Médio e Alto Uruguai.** Porto Alegre, 2015.
- RUSSO, L. X.; TRINTIN, J. G. **O beneficiário do Programa Bolsa Família: Caso de Maringá.** Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, n. 25, p. 67-74, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/2046/1611>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. **Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 17,



n. 5, p. 1215-1224, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n5/a15v17n5.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SANTOS, E. A. **Crianças da Bolsa Família nas escolas de Sinop**. Revista Eventos Pedagógicos. Sinop, v. 7, n. 2, p. 386-399, jun./jul. 2016.

Disponível em:

<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2235/1739>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SANTOS, M. C. M. dos. et al. **A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.48, n.6, p. 1381-1405, nov./dez. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n6/v48n6a02.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SHEI, A. et al. **The impact of Brazil's Bolsa Família conditional cash transfer program on children's health care utilization and health outcomes**. BMC International Health and Human Rights. v. 14. n. 10, p. 1-9, abr. 2014.

Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4021270/pdf/1472-698X-14-10.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SPERANDIO, N. et al. **Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 22. n. 6, p.1771-1780, jun. 2017. Disponível em:

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n6/1413-8123-csc-22-06-1771.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TESTA, M. G. et al. **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 47. n. 6, p. 1519-1542, nov./dez. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n6/09.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. M. C. **Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família**. Política & Sociedade. Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 139-171, jun. 2012.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n21p137>>. Acesso em: 30 mar. 2018.